



**PAUTA
PARA A 30ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 29 DE MARÇO DE 2010**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 245, de 2010, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Pires Antônio Bespalec" à Estação Ferroviária de Ribeirão Pires.

2 - Projeto de lei nº 246, de 2010, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Ferrador de Cavalos".

3 - Projeto de lei nº 247, de 2010, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Ebenézer", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 248, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "Eloy Pereira Pimenta" ao viaduto localizado no cruzamento da Avenida Castelo Branco com a Avenida Leão XIII, km 2+260m, ao lado do Viaduto Ricardo Cristiano Ribeiro, no km 2+396m, em Ribeirão Preto.

5 - Projeto de lei nº 249, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá denominação de "Nicolau Spinelli" à passarela localizada no cruzamento da Avenida Castelo Branco com a Avenida Presidente Kennedy, km 1+36m, ao lado do Viaduto Franklin de Souza Meirelles Neto, no km 1+165m, em Ribeirão Preto.

6 - Projeto de lei nº 250, de 2010, de autoria do deputado Luciano Batista. Declara de utilidade pública a "Associação de Capoeira Praia de Paranapuã", em Praia Grande.

7 - Projeto de lei nº 251, de 2010, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública o "Instituto Cultural Canarinhos da Terra" em Campinas.

8 - Projeto de lei nº 252, de 2010, de autoria do deputado Bruno Covas. Institui o "Dia das Meninas do Arco-íris".

9 - Projeto de lei nº 253, de 2010, de autoria da deputada Haifa Madi. Torna obrigatória a afixação de advertência aos portadores de doença celíaca ou síndrome celíaca quanto à presença de glúten nos produtos alimentícios comercializados pelos estabelecimentos varejistas localizados no território do Estado.

10 - Moção nº 22, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine a reestruturação e a ampliação do tratamento radioterápico no Brasil, possibilitando o tratamento em radioterapia a todos os cidadãos brasileiros, visto que, atualmente, cerca de 140.000 (cento e quarenta mil) portadores de câncer não têm acesso a esse tratamento.

11 - Moção nº 23, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional que disponha sobre a isenção de impostos e taxas na aquisição de aparelhos a serem utilizados em serviços de radioterapia.

12 - Moção nº 24, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que tomem as devidas providências no sentido de que, sem quaisquer prejuízos às medidas já adotadas por aqueles órgãos, seja rigorosamente cumprida e intensificada a fiscalização institucional de promover a proteção da saúde da população.

13 - Moção nº 25, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação as medidas necessárias para que seja observado o disposto na Lei federal nº 10861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), bem como no Decreto nº 5773, de 2008, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, com a intenção especial de que possa ser minimizada a ocorrência de erros médicos no Brasil.

14 - Moção nº 26, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que o Projeto de Lei 4796 de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região Sul da Grande São Paulo, seja aprovado.

15 - Moção nº 27, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição 12-A de 2006, que institui um regime especial de pagamento de precatórios, dívidas impostas à administração pública por decisões judiciais, para estados e municípios, seja aprovada.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 241, de 2010, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre criação de sistemas de coleta locais com recipientes para recolhimento, transporte, depósito, armazenagem e destino final de pilhas comuns e alcalinas e baterias usadas.

2 - Projeto de lei nº 242, de 2010, de autoria do deputado Chico Sardelli. Altera a redação da Lei nº 6544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

3 - Projeto de lei nº 243, de 2010, de autoria do deputado Celso Giglio. Declara de utilidade pública o "Lar Vicentino do Pedregulho", em Guaratinguetá.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga a Lei Complementar 1097, de 2009, que institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.

2 - Projeto de lei nº 239, de 2010, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Acrescenta o § 7º ao artigo 1º da Lei nº 2481, de 1953, que institui a taxa de pedágio a ser cobrada nas rodovias do Estado.

3 - Projeto de lei nº 240, de 2010, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Florínea.

4 - Moção nº 21, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como

para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 4548 de 1998 não seja aprovado, no sentido de continuar punindo com rigor as condutas consideradas lesivas aos que praticam maus tratos aos animais.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2010, de autoria do deputado Fausto Figueira. Dispõe sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde no Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 234, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Jundiaí, imóvel de sua propriedade, onde atualmente está edificado o prédio da Cadeia Pública, localizada na Avenida Francisco Pereira de Castro, nº 878, naquela cidade, para fins de instalação de órgãos da administração municipal.

3 - Projeto de lei nº 235, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa Escola Itinerante - PEI", com a finalidade de garantir o efetivo acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental.

4 - Projeto de lei nº 236, de 2010, de autoria do deputado Rui Falcão. Regulamenta a colocação de placas informativas em todas as obras públicas realizadas no Estado de São Paulo.

5 - Projeto de lei nº 237, de 2010, de autoria do deputado Ed Thomas. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Regime Assistencial Especial de Atendimento de Emprego e Renda às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal" com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

6 - Projeto de lei nº 238, de 2010, de autoria do deputado Ed Thomas. Autoriza o Poder Executivo a instituir, na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, a "Casa-Abrigo", destinada a acolher mulheres ameaçadas ou vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza.

7 - Moção nº 20, de 2010, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes providências no sentido de proibir o consumo do "Santo Daime" até que sejam elaborados estudos no sentido de analisar e investigar os possíveis efeitos provocados pelas substâncias que compõem a bebida.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 3, de 2010, de autoria do deputado José Cândido. Cria a Frente Parlamentar de Intercâmbio Brasil-África.

2 - Projeto de lei nº 230, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a denominação de "José Roberto Felício" à 2ª Passarela da Avenida dos Bandeirantes, localizada no km 8+500m da Rodovia Atílio Balbo, no sentido Ribeirão Preto - Sertãozinho, em Ribeirão Preto.

3 - Projeto de lei nº 231, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Dr. Fábio Calderoni" à Delegacia de Polícia de Taguaí.

4 - Projeto de lei nº 232, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Laerte Trevisoli" ao campus da Faculdade de Tecnologia - FATEC de Jaboticabal.

5 - Projeto de lei nº 233, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no calendário oficial do Estado a Semana Estadual de Combate e Conscientização às Doenças Mórbidas Masculinas.

6 - Moção nº 18, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Senhor Ministro da Saúde que empreenda esforços na inclusão da população com idade escolar de 3 a 19 anos no calendário de vacinação contra a gripe H1N1, por estar em grupo de alto risco.

7 - Moção nº 19, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Apela para o Sr. Presidente da República para que determine ao Ministério das Relações Institucionais a elaboração de estudos visando a doação de todas as áreas da União aos Municípios paulistas sob cuja guarda elas se encontrem.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 724, de 1993, que dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado.

2 - Projeto de lei nº 244, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Reconhece os recolhimentos de ICMS efetuados em operações de importação por conta e ordem de terceiros, na hipótese que especifica.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 695, de 2008, de autoria do deputado Jonas Donizette. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Lar Feliz", em Jaguariúna.

2 - Projeto de lei nº 413, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Sociedade para Educação e Tratamento dos Excepcionais Dependentes - SETED", em Mogi das Cruzes.

3 - Projeto de lei nº 463, de 2009, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública o "Fundo de Assistência Social de Santa Fé do Sul - FUNDASSUL", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 608, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a Associação "P-I Branemark Institute", em Bauru.

5 - Projeto de lei nº 609, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Vila Vicentina de Arealva", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 746, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Comunidade Vida Melhor", em Leme.

7 - Projeto de lei nº 817, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Mirim de Ourinhos e Serviço de Integração de Meninas - AMOSIM", em Ourinhos.

8 - Projeto de lei nº 954, de 2009, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores dos Bairros Parque Eldorado, Vista Alegre e Adjacências", em Santa Bárbara d'Oeste.

9 - Projeto de lei nº 955, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública a "Central das Associações do Município de Urânia", naquele Município.

10 - Projeto de lei nº 997, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Borborema - APAE", em Borborema.

11 - Projeto de lei nº 1041, de 2009, de autoria do deputado Bruno Covas. Declara de utilidade pública a "Entidade Social Todo Mundo Feliz", na Capital.

12 - Projeto de lei nº 1179, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "Comunidade Missionária Divina Misericórdia - CMDM", em Batatais.

13 - Projeto de lei nº 1182, de 2009, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dourado"- Apae de Dourado, naquele Município.

14 - Projeto de lei nº 1205, de 2009, de autoria do deputado Alex Manente. Declara de utilidade pública a "Comunidade Vivendo Amando e Aprendendo", em São Bernardo do Campo.